

RECURSO ESPECIAL nº 1794504 - SC (2019/0025551-4)

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO BELLIZZE

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO : EDIANES VIEIRA NUNES VANDRESEN
ADVOGADOS : MARCELO WANDERLIND BITENCOURT E OUTRO(S) -
SC024125
: RODIMAR JOÃO DIAS E OUTRO(S) - SC024127
RECORRIDO : CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
ADVOGADOS : LYCURGO LEITE NETO - DF001530A
: GISELE FIDELIS CONSTANTE E OUTRO(S) - SC018595

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PELA EMPRESA CONCESSIONÁRIA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE O IMÓVEL NÃO SE ENCONTRA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP). ART. 9º, § 1º, INCISO XIV, DO RISTJ. MATÉRIA DA COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. ENVIO DOS AUTOS PARA REDISTRIBUIÇÃO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ, fl. 206):

ACÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECUSA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PELA EMPRESA CONCESSIONÁRIA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE O IMÓVEL NÃO SE ENCONTRA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP). CONSTRUÇÃO QUE SE LOCALIZA EM ZONA URBANA CONSOLIDADA. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NAS ÁREAS g VIZINHAS. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO. v, O fornecimento de energia elétrica, que é serviço público essencial e de utilidade pública, relaciona-se, diretamente, com a dignidade da pessoa humana, mas cede espaço, em regra, em favor do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado quando a pretensa unidade consumidora estiver em localidade de proteção ambiental.

Contudo, em se tratando de área rural ou urbana consolidada, porquanto já mitigada, faticamente, a proteção ambiental, não há prevalecer o óbice jurídico, com a consequente necessidade de ligação da unidade à rede de energia elétrica (TJSC, Des. Henry Petry Júnior).

MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, EM OBEDIÊNCIA AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO 5 CIVIL. o O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados

anteriormente levando em conta o trabalho adicional 73 - realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos aos advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites dos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento (art. 85, §11, CPC).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 235-242).

O recorrente alega, no recurso especial (e-STJ, fls. 247-259), que houve violação dos arts. 502 e 1.037, §§ 9º e 13, do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, em síntese, a violação da coisa julgada em permitir a distribuição do serviço de energia elétrica em imóvel localizado em área de preservação ambiental permanente.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 262).

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ, fls. 264-265).

Brevemente relatado, decido.

A controvérsia do presente recurso consiste em aferir à suposta violação da coisa julgada em permitir a distribuição do serviço de energia elétrica em imóvel localizado em área de preservação ambiental permanente.

Verifica-se, dessa forma, que cuida-se de matéria de competência da Primeira Seção e de suas respectivas Turmas, conforme o disposto no art. 9º, § 1º, XIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em casos semelhantes ao dos autos, citam-se estas decisões monocráticas proferidas por Ministros integrantes da Primeira Seção: REsp. n. 1.749.840/SC, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 11/10/2018; REsp. n. 1.749.844/SC, Relator Ministro Francisco Falcão, DJe 13/8/2018; e REsp. n. 1.695.825/SC, Relatora Ministra Regina Helena Costa, DJe 8/3/2018.

Ante o exposto, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros integrantes das Turmas da Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator